

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SERVIÇO SOCIAL E AÇÃO POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL

Jessica Flores Mizoguchi¹

Thaís Teixeira Closs²

RESUMO

Trata-se de investigação sobre a influência da militância na Ação Popular de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social na profissão no Rio Grande do Sul. Através de pesquisa qualitativa e triangulação de fontes (documental, bibliográfica e entrevistas), apresenta os resultados preliminares do estudo, em que o engajamento destacou-se na realização de experiências de cultura popular em Porto Alegre, de 1962 a 1964; e de estágios e alteração curricular em Pelotas, de 1969 a 1972. Demonstra-se como a militância na organização contribuiu para a criticização da profissão no estado.

Palavras-chave: Serviço Social; Ação Popular; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This is an investigation into the influence of the militancy of social workers and Social Work students on the profession in Rio Grande do Sul. Through qualitative research and triangulation of sources (documentary, bibliographic and interviews), it presents the preliminary results of the study, in which the engagement stood out in the realization of experiences of popular culture in Porto Alegre, from 1962 to 1964; and internships and curriculum changes in Pelotas, from 1969 to 1972. It is shown how militancy in the organization contributed to the criticism of the profession in the state.

Keywords: Social Work; Ação Popular; Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A Ação Popular foi uma organização da nova esquerda brasileira, que emergiu em 1962 a partir da radicalização de setores das juventudes da Ação

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Política Social e Serviço Social/UFRGS, jemizoguchi@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutora, thaisatcloss@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Católica, destacadamente a Juventude Universitária Católica e a Juventude Estudantil Católica. A organização foi relevante pela sua hegemonia no movimento estudantil - elegeu 10 (dez) presidentes consecutivos na União Nacional de Estudantes (LIMA; ARANTES, 2014), além de ter sido representativa de um movimento que ocorreu em outros países latinoamericanos, de deslocamento do ideário cristão para o marxista (RIDENTI, 1998).

A militância de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social na AP gerou inflexões na profissão, tanto no processo de erosão do Serviço Social tradicional (NETTO, 2015) quanto na sua renovação crítica (NETTO, 2015). Evidenciaram-se quatro tendências desses influxos no SS: o engajamento destes sujeitos em movimentos católicos, como JUC e JEC; a importância de processos de Desenvolvimento de Comunidade heterodoxos (AMMAN, 2013) para a realização de ações profissionais que desbordassem dos limites colocados pelo SS tradicional; indistinção entre militância política e atuação profissional antes do golpe civil-militar; aproximação ao marxismo e à teoria social crítica através da militância política (MIZOGUCHI, 2021).

Assim, quanto à particularidade do Rio Grande do Sul, em investigações anteriores (MIZOGUCHI, 2021; CLOSS et al, 2021) e em pesquisa em andamento no âmbito do mestrado acadêmico, identificaram-se dois momentos de participação de assistentes sociais na Ação Popular no estado. Em um primeiro período, que ocorreu do início da década de 1960 até o golpe civil-militar, em 1964; sobretudo em atividades do movimento estudantil e de cultura popular. Posteriormente, de 1968 até 1972, destacou-se a experiência em Pelotas, cidade localizada ao sul do Rio Grande do Sul e próxima à fronteira com o Uruguai, protagonizada pelo docente e diretor da Escola de Serviço Social de Pelotas. O estudo fundamentou-se no método dialético-crítico, a partir de pesquisa qualitativa (MARTINELLI, 1999) através da triangulação das fontes (TRIVIÑOS, 1987): revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com base na metodologia de História Oral (MARTINELLI, 2009).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Objetiva discutir a participação de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social na Ação Popular no Rio Grande do Sul, a fim de visibilizar a sua influência em processos de erosão do Serviço Social tradicional e de iniciativas de renovação crítica da profissão no estado (NETTO, 2015). De modo que o presente artigo apresenta a Ação Popular no Rio Grande do Sul e dados sobre a profissão na interlocução com a organização. Por fim, discute conclusões preliminares sobre o tema.

2. AÇÃO POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL

A Ação Popular foi fundada em em 28 de março de 1962 no Rio Grande do Sul, na casa dos pais de Maria Josefina Becker, então estudante de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A UNE-Volante chegou à Porto Alegre, e, com isso, esse momento realizou-se com a participação de Betinho, Herbert de Souza, membro da direção nacional da organização, e Aldo Arantes, então presidente da União Nacional de Estudantes (UNE) (DIAS, 2011).

Assim como nacionalmente, a AP gaúcha nasceu majoritariamente de uma parcela da militância da Juventude Universitária Católica (JUC), ainda que tenha sido integrada também por ex-militantes da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Operária Católica (JOC), da Juventude Agrária Católica (JAC), e de alguns não jucistas, como estudantes do Colégio Anchieta (OLIVEIRA, 2016). No entanto, conforme depoimento de Maria J. Becker, há predominância de ex-jucistas na organização:

Mas então quando a JUC começou a ter limitações para fazer o seu trabalho político foi criado por militantes da própria JUC uma outra instância que foi a Ação Popular. Então a Ação Popular não sucedeu a JUC, ela foi criada e a JUC continuou existindo como JUC e nem todos que eram da JUC foram para a Ação Popular, tinha gente mais conservadora dentro da JUC, a JUC era um movimento de igreja, a maioria era mais de esquerda, mas tinha ainda algumas pessoas, algumas delas ainda vivem e que não eram da mesma posição política, porque a JUC também não obrigava ninguém a ter posições políticas. Agora nós que éramos mais da militância política acabamos participando da criação da Ação Popular. (BECKER, 2021, p. 5)

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

De acordo com Cristiane Dias (2011), a Ação Popular passou por três fases no Rio Grande do Sul. A primeira delas, de sua fundação até o golpe civil-militar em 1964, caracterizou-se por uma atuação de apoio crítico às reformas de base e pela forte incidência no movimento estudantil gaúcho - da qual se destaca a hegemonia na União Estadual de Estudantes (UEE-RS) e em grande parte dos centros acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em sua segunda fase no estado, do golpe civil-militar até o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), de 1964 a 1968, foi marcada por cisões e reestruturações internas - consequências da instauração da ditadura civil-militar -, que, no entanto, não impediu que a organização continuasse articulando ações com outros grupos de esquerda e participando de manifestações de contestação à ditadura. E, por fim, de 1969 a 1972, a terceira fase da AP no RS distingue-se pelo fechamento de quase todas as vias legais de mobilização no estado, na qual aqueles militantes que não foram exilados ou presos foram levados à clandestinidade e atuaram através da prática de integração na produção. A desarticulação da AP no estado ocorreu em 1972, com a maior parte de seus militantes presa pelo DOPS em Porto Alegre.

Durante a primeira fase da AP no estado, as atividades da organização realizaram-se nas vias institucionais, principalmente através de entidades - seja dos diretórios acadêmicos da UFRGS ou da PUCRS, da UEE e da FEUFRGS, e das secretarias de governo do estado (DIAS, 2011). Essa inserção no governo realizou-se apesar do caráter conservador da administração de Ildo Meneghetti, em 1963. Valter Omon e Luis Antônio Tim Grassi, que trabalhavam na Secretaria Estadual do Trabalho como assessores sindicais, na articulação de movimentos de trabalhadores e de segmentos da Juventude Operária Católica (JOC); e Maria Josefina Becker, já assistente social, com atuação na Secretaria de Educação, uma das responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho de educação de adultos a partir do método Paulo Freire (PIRES, 2015).

Na secretaria de educação do governador Ildo Meneghetti, que era considerado conservador, mas cuja secretária Zilah Totta, concedeu um

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

espaço para os militantes da AP, os quais formaram um núcleo na secretaria. Além disso, na secretaria de trabalho, comandada por Armando Pietro, ex-militante da JUC, que, embora não fosse de esquerda, também permitiu que um dos líderes da AP levasse vários membros da organização para trabalhar nela” (DIAS, 2011, p. 101).

A inserção de militantes apistas em movimentos políticos da classe trabalhadora através da Secretaria do Trabalho constituiu-se como uma estratégia de integração do período. A partir do golpe civil-militar de 1964, que impôs novas restrições à articulação da organização, parcela de seus militantes iniciou um processo de “hibernação”, conforme relatado por seu ex-militante e ex-parlamentar gaúcho Raul Carrion (OLIVEIRA, 2016). Neste momento, uma das principais características da AP, que era a sua abertura e estreita relação com as massas populares, foi revista em decorrência do terrorismo de Estado perpetrado pela ditadura.

Ainda assim, o movimento estudantil apista permaneceu em atividade na capital gaúcha, convocando passeatas, fazendo pichações em locais estratégicos e distribuindo materiais de denúncia à ditadura, além da realização de reuniões clandestinas nas casas dos seus militantes (DIAS, 2011). Além disso, houve uma progressiva aproximação de militantes da JOC à AP, assim como a inserção de militantes do movimento estudantil entre os trabalhadores, em especial junto aos metalúrgicos da grande Porto Alegre e aos calçadistas do Vale dos Sinos. No Rio Grande do Sul a estratégia de integração na produção iniciou antes de que fosse instituída como política nacional. A primeira experiência realizou-se com a integração de Raul Carrion na região calçadista em Novo Hamburgo, que em 1967 deixa o curso de engenharia para dedicar-se à militância junto aos operários, e integra-se em 1968 (OLIVEIRA, 2016).

Em sua terceira fase, ocorreu um relativo esvaziamento da organização que resultou no deslocamento de dois militantes de São Paulo para o Rio Grande do Sul a fim de reorganizar a AP em 1969. Lidia Maria Monteiro Rodrigues da Silva³,

³ Lidia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, assistente social nascida em Juiz de Fora, Minas Gerais, foi militante da Ação Popular e realizou a integração na produção no interior de São Paulo antes de ser deslocada para o mesmo fim no Rio Grande do Sul. Em sua tese de doutorado, Lidia Maria

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

assistente social, e o marido Antônio Carlos Rodrigues da Silva, passaram por Taim e Horizontina, onde realizou-se a única experiência de integração no campo no RS. Após, ainda integraram-se na produção em Porto Alegre, além de desenvolverem atividades como dirigentes da AP (OLIVEIRA, 2016). A partir de 1969 houve uma intensificação da integração na produção, que passou a ser obrigatória. Esta iniciativa, além de objetivar aproximar a organização do movimento operário e camponês, também funcionou enquanto uma medida de segurança, já que frequentemente os militantes mudavam de estado e de identidade ao realizar a integração - o que contribuía para despistar a polícia terrorista que perseguia os militantes postos em clandestinidade (DIAS, 2011).

Ainda, quanto à particularidade da AP no RS, houve a organização do “Esquema de fronteira”, o qual foi articulado a partir do decreto do AI-5. A posição geográfica do estado, o qual faz fronteira com o Uruguai e a Argentina, possibilitou a saída clandestina de militantes de esquerda pelo Uruguai. O “Esquema de fronteira” foi considerado exitoso, considerando que nenhum militantes “caiu” durante a travessia. O esquema permitiu a passagem de militantes de esquerda de diversas organizações, não apenas os apistas, ainda que dirigentes nacionais da AP tenham utilizado este esquema para sair do país (DIAS, 2011).

Crises e cisões marcaram a história da Ação Popular e a divergência sobre a existência ou não do partido de vanguarda da classe trabalhadora no Brasil, que para alguns seria o PCdoB e para outros deveria ser constituído, culmina na mudança de nome da organização em 1971 para Ação Popular Marxista Leninista do Brasil. No entanto, em 1972 ocorreu a desarticulação da Ação Popular no Rio Grande do Sul com a prisão, exílio e encerramento da atuação de grande parte de seus militantes. Ressalta-se a atuação do CENIMAR em suas prisões, com o destacamento de um militar especializado na Ação Popular e deslocado para o estado exclusivamente para esse fim (DIAS, 2011; OLIVEIRA, 2016; PIRES, 2015).

demonstrou a relevância do engajamento político de assistentes sociais para sua aproximação ao marxismo. Não encontramos nenhuma citação à ela no acervo do projeto Brasil: Nunca Mais! (MIZOGUCHI, 2021).

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Nacionalmente, em 1973 a maior parte de seus militantes aderiram ao PCdoB, ainda que alguns tenham permanecido na AP e buscado articular a sua reorganização até o início da década de 1980.

3. SERVIÇO SOCIAL E AÇÃO POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL

Conforme apresentado introdutoriamente, foram identificados dois momentos de participação de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social na Ação Popular no estado. O primeiro realizou-se do início da década de 1960 até o golpe civil-militar, em 1964. No início da década de 1960, os militantes da Ação Popular e estudantes de Serviço Social participavam de movimentos de cultura popular inspirados no método Paulo Freire. Essas experiências ocorreram principalmente no âmbito da Divisão de Cultura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, através das entidades representativas dos estudantes, como UEE e UGES, e, posteriormente, no Instituto de Cultural Popular (ICP). A Divisão foi um pólo irradiador de experiências da profissão no campo da cultura popular, dirigido pela assistente social e docente da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, Lúcia Castillo. Foi ali que Maria Josefina Becker atuou enquanto estudante e, posteriormente, como assistente social.

É a partir dessa inserção na Secretaria Estadual de Educação que se desenvolvem as atividades da tendência progressista de desenvolvimento de comunidade do Serviço Social gaúcho, a pedagógica-cultural, que foi “liderada pelas professoras Lucia Castillo, Zillah Totta e Notburga Reckziegel, marcada pela incidência do pensamento católico francês de Emmanuel Mounier, articulando abordagens grupais e o DC com ênfase educativa, a partir das ideias de Paulo Freire e de Ernani Maria Fiori. (SCHEFFER, CLOSS, ZACARIAS, 2019).

Além disso, Lucia Castillo e seus estagiários de Serviço Social compuseram a equipe interdisciplinar de fundação e execução das atividades do Instituto de Cultura Popular, que foi constituído em dezembro de 1963. Ali foram desenvolvidas

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

atividades de extensão e estágio no campo da alfabetização de adultos, cultura e educação popular. A incidência desses trabalhos comunitários materializou-se em trabalhos de conclusão de curso (TCC) do Serviço Social. Em abril de 1964, logo após o golpe civil-militar, as atividades do ICP foram encerradas.

Além da experiência institucional a partir da Divisão de Cultura da SEC, destaca-se a atuação conjunta da AP e do PCB na constituição de movimentos de cultura popular nas vilas de Porto Alegre, que contavam com o apoio de Ernani Maria Fiori e de Leônidas Xausa, ambos docentes de filosofia da UFRGS e apistas (DIAS, 2011). A participação dos militantes da Ação Popular nos movimentos de Cultura Popular de então se articularam através de sua inserção institucional no governo do Estado e no movimento estudantil, através da UEE-RS e da UGES. Neste âmbito, as atividades de cultura popular ocorreram desde o fim de 1962 promovidas por estudantes (BECKER, 1963).

Maria Josefina Becker foi membro da JUC e atuou no movimento estudantil, participou do Comitê Central da Greve do 1/3, além de articular experiências de alfabetização de adultos em Porto Alegre. Justamente quando os cursos de alfabetização estavam sendo levados para o interior do Estado chegou o golpe de 1964, quando toda essa atuação é desarticulada. Eva Teresinha Silveira era sua colega, amiga e companheira de AP - no futuro conhecida como Eva Faleiros. Foi uma liderança estudantil, vice-presidente da Executiva de Estudantes do Serviço Social e também atuou na Divisão de Cultura da SEC na equipe de Lúcia Castillos. Os seus trabalhos de conclusão de curso tematizaram experiências de Cultura Popular no campo da alfabetização de adultos em Porto Alegre a partir desta inserção.

O TCC de Eva trata-se de “o relato e análise de uma experiência de Cultura Popular, e mais do que isso, de uma experiência de Serviço Social em Cultura.” (SILVEIRA, 1964). Para Eva cabe ao Serviço Social a tarefa de desalienação cultural (SILVEIRA, 1964, p. 10). O Serviço Social e a cultura popular buscam a análise das causas dos problemas e a conscientização dos mesmos, já que “é da

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

natureza de ambos o tornar consciente.” (SILVEIRA, 1964, p. 11). Fazendo uma reflexão dos valores, objetos e funções do Serviço Social, a estudante argumenta que uma das tarefas profissionais é a desalienação cultural.

A compreensão das estudantes de Serviço Social era de que não seria possível trabalhar com Cultura Popular sem que houvesse o engajamento do povo, o que se relaciona com a sua compreensão de revolução: “uma revolução imposta não é revolução. Não negamos a importância das vanguardas, das lideranças, no processo de superação da alienação. Mas liderança não significa imposição, não significa dirigismo. Significa conscientizar e indicar os instrumentos. A resposta final caberá ao povo.” (BECKER, 1963, p. 14). De acordo com Maria, em depoimento recente,

A questão da cultura e da consciência histórica são básicas para as formulações iniciais da AP. A consciência histórica é a consciência que o sujeito tem de si mesmo dentro de um determinado momento da história que não é só daquele lugar, mas que é de toda cultura humana e toda a situação do mundo. [...] Então esse conceito de cultura como a capacidade que o sujeito tem de transformar o mundo material, seja materialmente, as obras culturais vai e vem a questão da arte, a questão da cerâmica e aí no nordeste isso é riquíssimo, como a questão da expressão do pensamento, de um pensamento que não é a repetição de outro pensamento que é tradução de uma reflexão própria, que aí tem a questão da consciência histórica, então a questão da cultura e da consciência histórica sempre foram básicas. (BECKER, 2021, p. 14)

Para tanto, defendem um Serviço Social que promova a integração dos homens em suas comunidades e as comunidades na sociedade mais ampla, e esta na sua vocação histórica. Por isso, “é necessário que o Serviço Social seja um instrumento de libertação, conscientizando o povo brasileiro, para que ele assuma seu papel de criador de cultura e operário da construção da HISTÓRIA.” (BECKER, 1963, p. 45).

Ressalta-se que as experiências relatadas por Eva Faleiros e Maria Becker estavam majoritariamente articuladas à participação do movimento estudantil, inclusive com as atividades que estes realizavam em sua Caravana da UEE-RS. Assim, a interlocução com a Ação Popular - além da própria participação de militantes da organização - está costurada em especial através do movimento

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

estudantil - principal veia da AP. Em depoimento Maria Backer comenta sobre a sua compreensão de engajamento profissional e político: “Quer dizer, o meu trabalho como estagiária de Serviço Social, eu via também como um trabalho militante.” (BECKER, 2021, p. 8).

Em um segundo momento, de 1968 até 1972, a participação de assistentes sociais na Ação Popular é marcada pela experiência de Pelotas. Esta experiência foi protagonizada pelo assistente social Alceu Salamoni, mas que não se limita ao seu protagonismo, visto que produziu influências concretas no curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas. Com a inserção de novas disciplinas, visando que o currículo estivesse adequado às questões de seu tempo, assim como a realização de estágios, a experiência da ESS-Pelotas constituiu-se enquanto uma tentativa embrionária de renovação crítica da profissão.

A partir de 1968 Alceu Salamoni iniciou a militância na Ação Popular em Pelotas. Ele se graduou assistente social na Escola de Serviço Social de Porto Alegre e participou do I Seminário Latino-Americano em 1965, enquanto ainda era estudante. Recém formado, atuou como assistente social do SESC em Ijuí e em Pelotas. Logo foi convidado a atuar como professor de Serviço Social e diretor da Escola de Serviço Social de Pelotas, época na qual já era militante apista. Segundo Cristiane Dias (2011) e o depoimento do dirigente estadual da AP Antonio Ramos Gomes, Alceu Salamoni teria comandado a base de Pelotas da AP e era conhecido como “Frei”:

Os núcleos mais significativos da AP no interior estavam localizados em Pelotas e Santa Maria, que eram formados por cerca de 30 pessoas. Então, os militantes dos dois núcleos faziam reuniões em conjunto, pois, naquela época, o Alceu Salamoni era o principal coordenador do interior, junto com um militante que era pastor presbiteriano e por isso era chamado de frei ou de pastor! Ele não era católico, mas estava ligado a uma igreja presbiteriana. (GOMES, 2011 apud DIAS, 2011, p. 141).

O docente Alceu Salamoni, enquanto coordenador do curso, iniciou um processo de alteração curricular no curso da ESS-Pelotas. Uma iniciativa articulada junto à Ação Popular e da qual a nova disciplina introduzida foi lecionada pelo

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

advogado e coordenador da célula da AP. Em entrevista, Salamoni reflete sobre as contribuições da sua militância na AP na Escola de Serviço Social:

Claro que a influência é muito mais do que eu lá na Escola aqui. Entende? Até porque o grupo da AP foi o que eu convidei. Aliás, nós fizemos uma mudança de currículo na Escola, entre outras disciplinas nós introduzimos “Realidade latino-americana”. E claro, quem foi dar a disciplina foi o cara que coordenava o grupo de AP aqui em Pelotas. [...] Um ponto dessa reforma: nós entendíamos que o aluno tinha que conhecer um pouco mais de história. Mas história, História! Não era colocar uma disciplina para qualquer um vir lá dar as aulas. Foi aí que esse cara, que era um cara que tinha se formado em Direito já, que tinha sido professor de história em um curso de segundo grau. Mas era o coordenador da AP aqui, entende? E isso entrou em 72. Mas em maio houve a minha prisão. Houve a prisão dele também, desse cara, e aí se foi a disciplina. (SALAMONI, 2021, p. 5)

Os estágios realizados durante este período também foram marcados por uma nova concepção, com a abertura de novos campos: “Porque nós abrimos aqui a Escola para os estágios nas vilas. Não tem estágio em instituição! Tem estágio em vila!” (SALAMONI, 2021, p. 7). A experiência era nova e estava em desenvolvimento quando ocorreu o seu corte, devido à repressão ditatorial. De modo que não houve tempo suficiente para uma maior elaboração sobre o que era aquela experimentação: “um trabalho de... Não é o antigo Serviço Social de Caso, nem é o antigo Serviço Social de Grupo. É trabalhar com todo mundo! Vamos chamar isso de Comunidade, Desenvolvimento de Comunidade? Não sei!” (SALAMONI, 2021, p. 11). No entanto, a atividade foi marcado pela articulação e inclusão da população das “vilas” pelotenses, o que foi contestado pelos torturadores do DOPS:

Então nós fizemos um super esforço para mandar os alunos para as vilas, para as comunidades... para as comunidades não, os bairros! Articulado. O quê? Com as associações de bairro da área, ou com os sindicatos ou com a igreja. A gente ia nas Comunidades Eclesiais de Base. Normalmente a área das Comunidades Eclesiais de Base eram as aglutinadoras do processo. E fazíamos... Esse trabalho foi muito contestado na minha prisão. Dizendo que inclusive eu estava aliciando a população para serem adeptos da teoria marxista-leninista da Ação Popular. (SALAMONI, 2021, p. 11).

No entanto, com a desarticulação da Ação Popular no estado, Alceu Salamoni foi preso e levado ao DOPS em Porto Alegre em 1972, permanecendo ali por cerca de três meses. Ao retornar à Pelotas foi afastado da docência, ainda que

PROMOÇÃO

APOIO





mantido na Universidade Católica, o que causou a interrupção nas mudanças iniciadas na formação em Serviço Social em Pelotas.

4. CONCLUSÕES

As trajetórias de assistentes sociais aqui apresentadas são representativas da geração que foi jovem nos anos 1960, os quais posicionaram-se diante das transformações societárias que marcaram o período - em especial a Campanha da Legalidade, greve do $\frac{1}{3}$ e a luta contra a ditadura civil-militar. Destacamos a influência que a militância de profissionais e estudantes de Serviço Social na profissão no Rio Grande do Sul.

Identificaram-se dois períodos de participação de assistentes sociais na Ação Popular que demonstraram a influência de seu engajamento político na profissão. Do início da década de 1960 até o golpe-civil militar em 1964, a atuação no movimento estudantil universitário, em estágios e em experiências de educação e cultura popular, a partir de inserção na SEC e no ICP-RS, contribuíram para a abertura da erosão do Serviço Social tradicional no Rio Grande do Sul.

Já a atuação de militantes da AP na Escola de Pelotas, com destaque para o docente e coordenador do curso, que ocorreu de 1968 a 1972, e que iniciou a alteração curricular do curso de Serviço Social nesta Escola, assim como as experiências de estágio realizadas em vilas e articuladas com a Igreja Católica, sindicatos e MEB - experiência de renovação crítica profissional encerrada prematuramente com a prisão de Alceu Salamoni e com a desarticulação da Ação Popular no Rio Grande do Sul.

Salientamos que esse fenômeno realizou-se com forte influência do movimento estudantil e da radicalização da esquerda católica, os quais constituem-se em dois dos condutos externos à profissão que geraram influxos na erosão do Serviço Social tradicional (NETTO, 2015). Além disso, consideramos quatro tendências de inflexões da militância da AP na profissão, as quais possuem

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

um potencial explicativo sobre como a profissão aproximou-se e desenvolveu-se a partir do campo crítico da teoria social (MIZOGUCHI, 2021). Estas são: militantes apistas assistentes sociais terem sido engajadas em movimentos católicos antes da AP; articulações de Desenvolvimento de Comunidade heterodoxas (AMMAN, 2013) enquanto possibilidades de inserção profissional que desbordaram o Serviço Social tradicional; indistinção entre militância política e trabalho profissional antes do golpe civil-militar; e, aproximação ao marxismo através da militância política (MIZOGUCHI, 2021).

Finalmente, cabe mencionar que essas são conclusões preliminares, fruto de estudo que está em processo de aprofundamento e amadurecimento em pesquisa de mestrado acadêmico atualmente em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira. Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

BECKER, Maria Josefina. **Serviço Social e Cultura Popular**. 1963. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1963.

BECKER, Maria Josefina. Entrevista concedida a Thaisa Teixeira Closs, Graziela Scheffer e Jessica Flores Mizoguchi. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2021.

DIAS, Cristiane. **A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular: da JUC ao PC do B**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

MARTINELLI, Maria Lúcia. História oral: exercício democrático da palavra. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia; LIMA, Neusa Cavalcante; MONTEIRO, Amor Antônio; DIZNIZ, Rodrigo (Organizadores). **A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MIZOGUCHI, Jessica Flores. **Serviço Social e Ação Popular no Brasil**. Orientadora: Thaisa Teixeira Closs. 2021. 83 f. TCC (Graduação) - Bacharelado em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

NETTO, José Paulo. **DITADURA E SERVIÇO SOCIAL**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de. **A Ação Popular e suas estratégias de integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

PIRES, Thiago Vieira. **FAZENDO REVOLUÇÃO A VIDA INTEIRA**: Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. Chicago: meeting of the Latin American Studies Association, 1998, p. 21. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>

SALAMONI, Alceu. Entrevista concedida a Thaisa Teixeira Closs e Jessica Flores Mizoguchi. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2021.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez. A Reconceituação Latino-americana na Ditadura Brasileira: a renovação do Serviço Social gaúcho. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 135. São Paulo: 2019.

SILVEIRA, Eva Teresinha. **Uma experiência de cultura popular**. 1964. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1964.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

PROMOÇÃO

APOIO

